

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Frederick Augusto Maciel Vilamil

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO:
Um estudo da distribuição de recursos de subvenção no estado de Santa Catarina

Florianópolis

2024

Frederick Augusto Maciel Vilamil

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO:

Um estudo da distribuição de recursos de subvenção no estado de Santa Catarina

Trabalho de Curso apresentado à disciplina CAD7305 como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Enfoque: Monográfico – Artigo

Área de concentração: (Políticas públicas, empreendedorismo.)

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Gabriela Gonçalves Silveira Fiates

Florianópolis

2024

Vilamil, Frederick Augusto Maciel

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO: :
Um estudo da distribuição de recursos de subvenção no estado
de Santa Catarina / Frederick Augusto Maciel Vilamil ;
orientadora, Gabriela Gonçalves Silveira Fiates, 2024.
36 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Administração, Florianópolis,
2024.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Políticas
Públicas. 4. Subvenção Econômica. I. Fiates, Gabriela
Gonçalves Silveira. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Administração. III. Título.

Frederick Augusto Maciel Vilamil

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO:

Um estudo da distribuição de recursos de subvenção no estado de Santa Catarina

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 02 de julho de 2024.

Prof^a. Ana Luiza Paraboni

Coordenador de Trabalho de Curso

Avaliadores:

Prof^a. Dr^a. Gabriela Gonçalves Silveira Fiates
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^o. Dr Bernardo Meyer
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a Andressa Sasaki Vasques Pacheco
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Esse trabalho é dedicado, em primeiro lugar, a Deus, que esteve presente em todos os momentos da trajetória, à minha esposa, cujo suporte foi imprescindível para que eu pudesse chegar até aqui, à minha família e a todos os colegas e amigos que me acompanharam ao longo dessa caminhada.

RESUMO

Na década de 1990, as micro e pequenas empresas ganharam destaque global como agentes de desenvolvimento econômico, substituindo o domínio das grandes corporações. No Brasil, essas empresas constituem 99% do total e desempenham um papel crucial na geração de riqueza e empregos. Este estudo concentrou-se na análise da distribuição das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo em Santa Catarina, considerando a diversidade regional e a histórica inclinação empreendedora do estado. A análise foi realizada com uso de estatística descritiva a partir da compilação dos dados obtidos em planilhas para elaboração de gráficos e do cálculo do coeficiente de correlação de Pearson entre as variáveis analisadas. Espera-se contribuir com *insights* que possam aprimorar a distribuição de recursos e maximizar o impacto das políticas públicas no apoio aos empreendedores catarinenses. Foi possível constatar forte predominância de recursos aportados na região de Florianópolis, Joinville e Blumenau negligenciando outros atores que também poderiam contribuir para o ecossistema de inovação do Estado. Os dados levantados abrem caminho para futuras investigações a respeito dessa dinâmica e suas implicações no ecossistema de inovação do Estado.

Palavras-chave: Políticas públicas. Empreendedorismo. Subvenção econômica.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1	EMPREENDEDORISMO	10
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS	12
2.2.1	Formulação das políticas públicas	13
2.2.2	As políticas públicas voltadas ao empreendedorismo no Brasil	15
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
3.1	NATUREZA DA PESQUISA E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	16
3.2	TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS	18
3.3	DELIMITAÇÃO E LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	19
4	RESULTADOS.....	20
4.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA.....	20
4.2	AS POLÍTICAS DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NO ESTADO.....	21
4.2.1	Sinapse da Inovação	21
4.2.2	Centelha.....	21
4.2.3	Tecnova	22
4.2.4	Mulheres+Tec	23
4.2.5	Acelera Startup SC	23
4.2.6	Nascer Edição Super Pitch Day	24
4.3	ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	24
4.3.1	Aspectos Econômicos	25
4.4	AMBIENTE DE NEGÓCIOS	27
4.5	PRINCIPAIS RESULTADOS	31
	CONCLUSÃO.....	32
5	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, no contexto econômico global, iniciou-se um processo de mudança estrutural dos mercados, os quais antes dependentes das grandes empresas, agora vislumbram nas micro e pequenas empresas importantes agentes de desenvolvimento (Sanabio, David, 2006). Seguindo a tendência global, atualmente o empreendedorismo desempenha um papel fundamental na criação de riqueza e renda no Brasil. Segundo dados levantados pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM Brasil 2022), cerca de 30% da população brasileira entre 18 e 64 anos está envolvida com a criação ou manutenção de um negócio próprio, o que representa, aproximadamente, 40 milhões de pessoas. Ainda, de acordo com o Atlas dos Pequenos Negócios, produzido pelo SEBRAE em 2022, cerca de 99% das empresas existentes no Brasil são consideradas micro ou pequenas empresas. A partir desses dados, ficam evidentes a importância e relevância das micro e pequenas empresas no Brasil que, além de contribuir significativamente com a geração de riqueza e renda no país, trazem consigo desafios e dificuldades inerentes à atividade empreendedora. Schumpeter (1997) décadas antes já destacava que, geralmente, a mudança econômica acontece a partir do empreendedor, quando diante de uma oportunidade ainda não explorada, cria demandas outrora não existentes aos consumidores, processo que o autor descreve como uma das etapas para o desenvolvimento econômico.

Diante da importância da atividade empreendedora e das micro e pequenas empresas, o Estado tem buscado, através das políticas públicas, fomentar o ambiente de negócios e a criação de novas organizações como forma de catalisar o crescimento econômico e o desenvolvimento regional. (Gomes, Alves, Fernandes, 2013). No contexto brasileiro, inerentemente diverso e plural, um dos desafios do poder público no que diz respeito às políticas públicas é desenvolver mecanismos que sejam eficazes em todas as diferentes realidades. Analisando as regiões brasileiras, observa-se grande disparidade socioeconômica, diferentes vocações de cada um dos estados e diferentes métodos empregados pelos gestores públicos estaduais e municipais em busca de fomentar o desenvolvimento econômico e social, o que torna inviável uma análise precisa de todo o país. Por esse motivo, esse trabalho analisará a distribuição dessas políticas na região Sul do Brasil, mais especificamente no estado de Santa Catarina.

A partir desse contexto, elabora-se a seguinte pergunta de pesquisa: As políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo através de subvenção econômica estão contemplando o estado de Santa Catarina de maneira homogênea?

Como forma de responder a essa pergunta, esta pesquisa tem por objetivo geral analisar a distribuição das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo através de subvenção econômica no estado de Santa Catarina, a partir dos seguintes objetivos específicos:

- realizar o levantamento dos programas de subvenção econômica existentes na esfera estadual no estado de Santa Catarina;
- adquirir e analisar os dados publicados pelos órgãos competentes;
- analisar estatisticamente a distribuição geográfica dos contemplados pelos programas existentes;
- verificar relações entre os dados e formar um panorama do contexto atual do impacto das políticas analisadas no estado.

O presente estudo justifica-se no sentido de compreender a atual realidade da distribuição de recursos voltados ao incentivo da atividade empreendedora em Santa Catarina, tendo em vista que a atividade empreendedora, por mais que não seja condição suficiente, contribui na redução da desigualdade e melhoria das condições socioeconômicas de determinada região (Flory, Andreassi, Teixeira, 2013). Dessa forma, busca-se entender se os recursos disponíveis têm chegado nas regiões mais afastadas e se esses recursos estão cumprindo os seus objetivos, considerando que uma melhor distribuição desses recursos poderia, eventualmente, melhorar a qualidade de vida dos habitantes. Fazer essa verificação é importante para promover uma maior equidade de distribuição de recursos.

Abre-se ainda um caminho para futuras pesquisas e eventuais proposições de melhorias na forma de implementação e no teor das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo. A escolha por Santa Catarina se dá pela factibilidade da pesquisa, no sentido de acesso aos dados e pela vocação inovadora e empreendedora historicamente atribuída ao estado o que, eventualmente, tornam ainda mais evidentes as benesses das políticas públicas voltadas ao empreendedorismo como forma de desenvolvimento socioeconômico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EMPREENDEDORISMO

Para que se possa compreender do que se tratam as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, é necessário que haja uma compreensão acerca do que é o empreendedorismo e qual o seu papel no desenvolvimento econômico e social. A seção a seguir se ocupará de elucidar conceitos e definições de empreendedorismo e a sua relevância econômica e social nos dias de hoje.

Existem diversas definições para o termo “empreendedorismo” e não há consenso sobre exatamente quando o termo começou a ser utilizado, contudo, duas características se destacam na maior parte delas: o empreendedor é o agente que agrega valor ao processo e o empreendedorismo requer, em alguma medida, inovação. Por sua vez, o conceito de inovação mais difundido no Brasil vem da obra de Schumpeter (1997), que refere que a inovação é o processo de transformação da ordem econômica existente através da criação de novas formas de organização, ou da exploração de novos recursos materiais. Diferente do que se pode pensar, conforme esclarece Schumpeter, a inovação não necessariamente está associada à criação de algo totalmente novo, mas à adaptação e transformação como forma de aumentar a eficiência, produtividade ou agregar valor a um produto ou processo já existente (Gomes, Lima, Cappelle, 2013). Na visão schumpeteriana (1997), existem três condições necessárias ao processo de desenvolvimento econômico: o empresário inovador, o crédito bancário e a inovação tecnológica. Nesse cenário, o empreendedor é aquele que será capaz de realizar novas combinações entre recursos disponíveis e oportunidades existentes para criar negócios. Esse empreendedor não necessariamente é o dono do capital, que pode vir de financiamento público ou privado, mas é ele quem saberá alocar de maneira mais eficiente o referido capital e aproveitará as oportunidades disponíveis em determinado contexto.

Assim como não há consenso na definição de empreendedor e empreendedorismo, não há unanimidade sobre os tipos de empreendedorismo existentes. Destacam-se duas formas de classificar: no que diz respeito à motivação e no que diz respeito à finalidade. Do ponto de vista da motivação, diferenciam-se o empreendedorismo por necessidade, quando não há outra opção senão empreender, e o empreendedorismo por oportunidade, motivado pela descoberta de uma nova oportunidade de negócio. Quando se fala em finalidade, existem três tipos de empreendedorismo, o corporativo, ou intraempreendedorismo, definido como um processo de implementação ou melhoria dentro de uma organização já existente; o empreendedorismo

startup, caracterizado pela transformação de ideias inovadoras, em produtos e criação de novos negócios de base tecnológica escaláveis, por fim, o empreendedorismo social, que cria organizações com funções sociais. (Baggio, Baggio, 2015)

Observa-se que os contextos em que ocorrem o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade são bastante distintos, no primeiro, em geral, os negócios são voltados ao sustento próprio e nem sempre almejam grande crescimento ou inovações em quaisquer sentidos; já no segundo, o ambiente é favorável à inovação, uma vez que se vislumbra uma oportunidade negócio ainda não explorada e, em geral, os meios para desenvolver a inovação estão disponíveis ou são obtidos sem grandes barreiras. (Da Silva, Silva, 2019)

Segundo Gomes (2011), o desenvolvimento econômico em economias emergentes se dá, em boa medida, pela geração de postos de emprego e conseqüente criação de riquezas para a população de um determinado local. Nesse sentido, o empreendedorismo por oportunidade se destaca, no qual a figura do empreendedor tem papel fundamental em enxergar as lacunas presentes no mercado e aproveitá-las com a criação de novas organizações e transformar as oportunidades em riqueza.

Pereira et al. (2013) observam que no contexto do desenvolvimento regional e pequenas empresas, muitas das oportunidades aproveitadas pelos empreendedores locais têm forte relação com a cultura e os costumes de um determinado grupo de pessoas. Tem-se os exemplos de comunidades agrícolas no contexto da agricultura familiar que, ao invés de apenas vender a matéria prima bruta, sejam grãos, frutos ou produtos de origem animal, utilizam o excedente desse comércio para diversificar os seus negócios e passam a beneficiar as matérias primas no próprio local, como por exemplo na produção de pães e bolos, de queijo e demais produtos chamados de “produtos coloniais”, ligados intimamente com a identidade cultural daquela população. Nesse processo de agregar valor à matéria prima, empregos são gerados e a riqueza que saíria da comunidade, passa a ser utilizada para o desenvolvimento local, abrindo possibilidade para que outros pequenos empresários surjam com os excedentes das suas produções e o ciclo continue se realimentando. Fora do contexto rural, o papel do empreendedor nos centros urbanos também é essencial no processo de distribuição de riqueza, uma vez que aproveita as oportunidades inerentes aos grandes aglomerados populacionais para a criação de riqueza para si e para outros agentes envolvidos no processo, como fornecedores e colaboradores, assim, criando mais oportunidades com os excedentes criados e realimentando o ciclo novamente (Pereira et al., 2013).

De maneira geral, a contribuição do empreendedor no desenvolvimento econômico ocorre, fundamentalmente, através da introdução de novos produtos no mercado, o que estimula a competição e a concorrência. A concorrência, por sua vez, estimula o aumento da eficiência das organizações e estimula ainda mais a criação de novos negócios e produtos para concorrer com os já existentes, e aí se forma um motor de inovação e de desenvolvimento econômico. (Barros, Pereira, 2008)

As micro e pequenas empresas (MPEs) foram classificadas pela lei Complementar nº 123/2006, que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento e a competitividade dessas organizações como forma de promover geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia. De acordo com o disposto na lei, pequenas empresas são aquelas que tem faturamento bruto anual de até R\$4.800.000,00. O Atlas dos Pequenos Negócios (Sebrae, 2022) destaca que 99% das empresas brasileiras se enquadram nessas categorias, ocupam 67% dos trabalhadores brasileiros (incluindo sócios e trabalhadores com ou sem carteira assinada), são responsáveis por 56% dos postos de trabalho formais e por 30% do PIB

Além dos três pilares levantados por Schumpeter (1997), a saber, empresário inovador, crédito bancário e a inovação tecnológica, há ainda um quarto ponto de fundamental importância para que o empreendedorismo cumpra o seu papel no desenvolvimento econômico: o ambiente favorável à inovação. Mao (2020) destaca que os ecossistemas de inovação são essenciais para a criação e o desenvolvimento de startups, uma vez que fornecem condições favoráveis ao crescimento e fomentam a atividade empreendedora. A autora observa que as startups precisam de recursos financeiros, capital humano (motivado e capacitado), pesquisa científica, sistema financeiro desenvolvido, investidores qualificados, estruturas regulatórias adequadas e investimento em infraestrutura (Mao, 2020).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Superado o tema empreendedorismo, nessa próxima seção serão abordados conceitos e definições acerca das políticas públicas e de que forma podem interagir e influenciar os ecossistemas de inovação. A abordagem desse assunto, que pode ser bastante amplo, será focada na formulação das políticas públicas e em um breve histórico das políticas públicas voltadas ao empreendedorismo no Brasil, como base para a análise a ser realizada na seção resultados.

O campo de estudo das políticas públicas surgiu no meio acadêmico nos EUA no contexto de transição entre o patrimonialismo e a tecnocracia, conforme observa Souza (2006). Braço da ciência política, a área das políticas públicas, assim como grande parte dos temas relativos à administração, não possui uma definição consensual, mas uma série de definições com um objetivo em comum: estudar a atuação do estado através das ações do governo. Algumas vertentes definem o campo das políticas públicas como a área de estudo que analisa as ações do governo, outras vertentes definem como o campo de estudo que propõe ações com base nas teorias já existentes da administração, de forma que possam ser mapeados e previstos os eventuais resultados dessas ações, em comum a todas está a ação do governo. Como forma de definir sinteticamente o que é o campo de estudo das políticas públicas, pode-se dizer que é a área do conhecimento que coloca os governos em ação e, quando oportuno, analisa o resultado dessa ação (Souza, 2006)

Farah (2011) aponta que as políticas públicas estão intimamente relacionadas com a área da administração pública através da ciência política. No embate entre políticos e administradores e da necessidade de orientar as ações dos governos de maneira científica, foi ficando cada vez mais claro o papel da ciência política e, por consequência, da administração pública. Notadamente, nesse contexto, os administradores públicos eram agentes executores das políticas, enquanto políticos eram os seus criadores, porém, a partir dessa dicotomia, chegou-se à conclusão que os administradores públicos deveriam participar não só da implementação das políticas públicas, mas da sua formulação. Com essa proximidade da criação das diretrizes de ação dos governos, os administradores públicos passaram agora a analisar as políticas e os seus resultados, formando assim um processo de melhoria, uma vez que participavam também do processo de criação de políticas públicas (Farah, 2011).

2.2.1 Formulação das políticas públicas

Reader (2014) argumenta que o modelo do Ciclo de Políticas, apesar de possuir fragilidades, se faz relevante no estudo das políticas públicas por ser um modelo amplamente consolidado no meio acadêmico e por ser uma forma clara e didática de abordar o tema. De acordo com o autor, é possível relacionar diversos outros modelos de análise de políticas públicas propostos por outros autores ao longo da história nas cinco fases presentes no modelo considerado no estudo, a saber: percepção e definição dos problemas, formação da agenda decisória, formulação dos programas e projetos, implementação das políticas e monitoramento e avaliação. Tal relação torna o modelo do Ciclo de Políticas uma espécie de compilação de

outros modelos propostos anteriormente, endossando assim sua relevância como ferramenta na análise das políticas públicas (Reader, 2014)

Na visão de Capella (2018), é comum que a formulação das políticas públicas seja apresentada no contexto do modelo do ciclo de políticas nas suas etapas iniciais, onde são definidos os problemas a serem tratados e a agenda que embasará a formulação da política. Central nessa discussão é que esteja claro o papel e o objetivo de uma determinada política, uma vez que para analisar sua efetividade, fase de avaliação e monitoramento, pressupõe-se que o objetivo no momento da sua criação é claro. No ciclo de políticas, o processo é iniciado com a percepção e definição do problema público que se pretende resolver com sua implementação. Mühl (2023) define que problema, no contexto da administração pública, é a lacuna entre o status quo e a situação ideal possível definida pelos atores envolvidos. A autora elabora ainda que para um problema ser considerado público, é necessário que tenha implicações para uma quantidade significativa de indivíduos. Lima e D'ascenzi (2018) trazem que problemas diferentes possuem percepções diferentes quanto à urgência e necessidade de eventual solução, percepções essas que podem variar conforme o momento e o contexto, por exemplo, a melhoria da drenagem urbana pode não parecer um problema grave até que haja um alagamento devido a uma chuva acima do esperado, portanto, é necessário que os elaboradores das políticas públicas analisem cuidadosamente o cenário a ser endereçado com a referida política.

Ainda de acordo com Lima e D'ascenzi (2018), uma vez decididos os problemas a serem enfrentados, desenha-se a agenda decisória, que pode ser política, institucional ou midiática. A agenda política é um conjunto de problemas que a comunidade política entende serem merecedores de atenção especial; a agenda institucional é aquela formada por problemas que já foram definidos anteriormente, combate à fome, por exemplo; a agenda midiática é aquela fortemente influenciada pela mídia, que elege os próprios temas de interesse e pode exercer forte pressão sobre o poder público.

Logo que se defina os problemas a serem enfrentados, criam-se os projetos e programas que serão implementados para solucionar os problemas previamente definidos. De acordo com Reader (2014), essa etapa compreende um longo processo de formulação de soluções que leva em consideração dados obtidos previamente, conhecimento técnico produzido sobre o assunto, definição de público-alvo, modelo de política etc. O autor observa ainda que, posterior à concepção da política ou plano, vem a etapa de implementação, onde se dá, de fato, a solução

do problema identificado no início do ciclo. Essa etapa é onde está a ação do governo, é nela onde os planos são postos em prática e é onde a sociedade enxerga a atuação do governo. É necessário que haja entrosamento entre os criadores e os implementadores de políticas públicas para que se chegue o mais próximo possível do resultado esperado, visto que da aderência entre plano e execução depende o sucesso da referida política (Raeder, 2014).

A última fase do ciclo, fase de monitoramento e avaliação, não necessariamente acontece pós a implementação. Uma política pode ser avaliada antes, durante ou após a sua implementação, dependendo do modelo de análise que se adote, no caso da análise durante a implementação, também é chamada de monitoramento. Nessa etapa é essencial que os parâmetros a serem considerados na análise sejam claros, para que o processo sirva para melhoria contínua da própria política sendo analisada e como insumo para futuras implementações a serem realizadas (Mühl, 2023).

2.2.2 As políticas públicas voltadas ao empreendedorismo no Brasil

Janssen (2020) traz à tona que, além da atividade empreendedora, um ambiente institucional saudável e dinâmico é necessário para que o empreendedorismo seja estimulado e resulte em desenvolvimento econômico. De acordo com a autora, as maiores barreiras encontradas pelos empreendedores brasileiros são a burocracia envolvida na abertura de novos negócios, os altos impostos, a dificuldade de acesso ao crédito bancário e a falta de capital humano. Para fomentar esse ambiente, o estado, através das políticas públicas, busca diminuir as barreiras existentes e incentivar a criação de novos negócios.

Uma das formas de classificar as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, conforme trazem Bezerra et al. (2014), é o modelo adaptado de Lundström e Stevenson (2005), no qual as políticas são classificadas de acordo com o seu foco, em oito eixos distintos: promoção da cultura empreendedora, educação empreendedora, redução de barreiras de entrada e saída, financiamento, suporte ao empreendedor, suporte a grupos específicos, infraestrutura pública e tecnologia e inovação. No Brasil, é possível perceber que há um padrão no modelo das políticas voltadas ao empreendedorismo, nos oito eixos de análise, que é ter um foco principal e ter um grupo principal a ser atendido. No contexto da implementação das políticas públicas, Bezerra et al (2014) observam a importância de o modelo definido pelo gestor público na criação das políticas ser aderente com a realidade do local onde essa política será implementada, sob risco de, caso não haja aderência, a implementação não ter o resultado

esperado. Analisando o total de políticas públicas voltadas do empreendedorismo, repara-se que existem diversas políticas voltadas ao financiamento (45,54%) e ao apoio à tecnologia e à inovação (33,66%), contudo, existem poucas políticas que busquem diminuir as barreiras de entrada e saída do mercado (5,94%), dificultando a consolidação de negócios em potencial. (Bezerra et al, 2014).

É necessário que se faça uma distinção entre dois tipos de empreendedores quando se fala em políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo: o trabalhador tradicional que, em geral, terá um pequeno negócio com baixo grau de especialização e que será alvo de políticas de financiamento (através de bancos de fomento, entre outros) e o empreendedor de alto impacto, que criará negócios de alto crescimento e mais valor econômico, esse, alvo das políticas de subvenção voltadas ao empreendedorismo inovador, que já consideram o alto risco da inovação (Turchi, Morais, 2017). Para a OECD (2011), empresas de alto crescimento são aquelas que geram um aumento no número de postos de trabalho em mais de 20% ao ano por três anos consecutivos. Essa diferenciação deixa evidente a necessidade de que as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo tenham escopos bem definidos e públicos claramente delimitados, uma vez que as necessidades e desafios de cada um deles são totalmente distintas (Gomes, Alves, Fernandes, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 NATUREZA DA PESQUISA E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Quanto aos objetivos a pesquisa é de natureza básica exploratória, com uso de uma abordagem quantitativa. A pesquisa se valeu principalmente de fontes de dados secundários, tais como relatórios governamentais e estatísticas, para uma análise de natureza quantitativa. A análise dos dados coletados foi conduzida de maneira rigorosa, empregando métodos estatísticos para quantificar a distribuição de recursos de subvenção em todo o território estadual. Foram considerados dados sociais, econômicos e demográficos relevantes para uma compreensão abrangente do impacto das políticas de incentivo ao empreendedorismo em Santa Catarina.

A divisão territorial utilizada para análise dos dados foi definida pelo IGBE em 2017 e substitui a divisão por micro e mesorregiões, utilizada desde a década de 90. Nesse novo sistema a divisão é feita em regiões geográficas imediatas e intermediárias. As regiões geográficas imediatas levam em consideração a rede urbana, os municípios que procuram centros urbanos

próximos para satisfazer necessidades cotidianas, como saúde, educação, emprego, entre outras, já as regiões geográficas intermediárias seguem a mesma lógica, porém para atividades mais complexas, por exemplo serviços médicos especializados e universidades. A escolha por utilizar as regiões geográficas imediatas se dá pela natureza cotidiana do trânsito de pessoas entre os municípios e pela natureza das necessidades básicas utilizadas na divisão, o que torna a análise coerente, uma vez que a região pode ser tratada de maneira contínua no que diz respeito à sua população.

Conforme disposto na lei complementar nº 741/2019, é de competência da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) executar planos, programas e orçamentos de apoio e fomento à ciência, tecnologia e inovação, como forma de promover o equilíbrio regional, o avanço do conhecimento, fortalecer a cultura de inovação e sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida da população catarinense. Assim sendo, foram analisados nesse trabalho os programas de incentivo ao empreendedorismo mais expressivos, no que diz respeito à subvenção econômica, no estado de Santa Catarina que foram executados pela FAPESC. As informações utilizadas para o levantamento foram obtidas das publicações oficiais realizadas pelo site da FAPESC e diário oficial do estado de Santa Catarina.

Para o levantamento dos dados acerca das instituições de ensino superior (IES), foram utilizadas duas fontes distintas: a lista de instituições cadastradas no sistema e-MEC (Sistema de Regulação do Ensino Superior) e o relatório divulgado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) “Indicadores de Fluxo do Ensino Superior”, em 2022. Da lista do e-MEC foram extraídas as instituições existentes no estado, entre públicas e privadas e do relatório do INEP foram extraídos os números de graduandos no ano de 2022 nas IES existentes no estado.

As Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) no estado de Santa Catarina foram obtidas a partir da lista divulgada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) com as instituições credenciadas ao CATI (Comitê da Área de Tecnologia da Informação), aptas a realizar projetos com Empresas habilitadas à fruição dos benefícios fiscais da Lei de Informática. Essa decisão se justifica pela disponibilidade de dados atualizados da referida fonte e pelo interesse em iniciativas de teor tecnológico da presente pesquisa.

Os Centros de Inovação em Santa Catarina foram listados com base no site da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, que fazem parte da Rede Catarinense de Inovação, iniciativa do governo do estado a partir do decreto nº 1.779, de 3 de março de 2022.

Os dados referentes ao número de startups foram obtidos a partir de relatório Startups Report Santa Catarina (2023) divulgado pelo SEBRAE. Os dados sobre empregos formais foram obtidos através de relatório divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego com informações compiladas da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Os demais dados, como PIB per capita, população e divisão territorial foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo IBGE online. O Quadro 1 na sequência ilustra as variáveis analisadas e as respectivas fontes.

Quadro 1 - Variáveis analisadas

Variável	Fonte	Ano
PIB per capita	IBGE Cidades	2022
População	IBGE Cidades	2022
Número de empregos formais	Relatório RAIS 2022	2022
Divisão Territorial	IBGE	2024
Instituições de Ensino Superior	e-MEC	2024
Graduados no Ensino Superior	INEP	2022
ICTs	MCTI	2024
Centros de Inovação	SECTI	2024
Editais de Subvenção Econômica	FAPESC	2024

Fonte: De autoria própria (2024).

Os resultados obtidos foram interpretados com base em análise documental e análise estatística realizadas, possibilitando a identificação de padrões, tendências e insights relevantes. Conclusões foram formuladas com base nos achados e foram, predominantemente, observações do cenário atual, uma vez que se considera a complexidade da análise e os muitos fatores envolvidos, no entanto, conclusões de natureza propositiva ficam além do escopo desse trabalho.

3.2 TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

Os dados referentes aos contemplados nas políticas de subvenção econômica foram compilados em planilhas e, a partir das mesmas, a análise quantitativa foi realizada. Para facilitar a visualização dos resultados obtidos, foram elaborados gráficos e mapas dos diferentes aspectos analisados.

Para verificar se existe correlação entre os dados obtidos referentes aos diferentes aspectos do estado, foram calculados os coeficientes de correlação de Pearson. Figueiredo

Filho, Silva Júnior (2009) definem o índice de correlação de Pearson (r) como uma medida adimensional que pode variar de -1 a +1 que mede a intensidade e a direção de relações lineares, ou seja, mede a influência de uma variável linear na variação de outra variável de mesma natureza. Um valor de $r = +1$ indica uma forte correlação positiva, ou seja, quando a variável independente aumenta (x), a variável dependente (y) aumenta na mesma proporção. Um $r = -1$ indica uma forte relação negativa, quando a variável independente aumenta, a variável dependente diminui na mesma proporção. Um $r = 0$ indica que não há relação entre as variáveis. Valores absolutos de $r = 0,10$ até $0,30$ indicam correlação fraca, $r = 0,40$ até $0,60$ correlação moderada e $r = 0,70$ até $r = 1$, correlação forte. O índice de correlação de Pearson é útil para avaliar a relação entre duas variáveis contínuas, categoria em que se enquadram as variáveis analisadas nesse estudo. Observa-se que correlação não necessariamente indica causalidade, não é escopo desse estudo justificar o cenário atual ou procurar causas para os fenômenos encontrados, apenas constatar o que está posto e, eventualmente, abrir caminho para outros estudos que se interessem especificamente por explicar alguns dos fenômenos observados no estado de Santa Catarina. (Figueiredo Filho, Silva Júnior, 2009)

3.3 DELIMITAÇÃO E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Conforme exposto na fundamentação teórica, existem diversos tipos de políticas públicas para incentivo do empreendedorismo e essas podem se apresentar de várias maneiras diferentes. Por questões de limitação de escopo, nesse estudo foram analisadas especificamente as políticas de incentivo ao empreendedorismo que concedem recursos a fundo perdido (subvenção econômica) para empresas e empreendedores catarinenses.

Devido às limitações de acesso à informação, os programas de subvenção econômica foram compilados a partir de 2009, na edição piloto do programa Sinapse da Inovação. Não foi possível obter a lista final de contemplados do programa Tecnova I SC por indisponibilidade do link no site da FAPESC.

O recorte territorial analisado foi o estado de Santa Catarina, território sob competência da FAPESC, por questões de factibilidade da pesquisa e disponibilidade de dados para análise. Eventualmente, outras agências de fomento executam programas de subvenção no estado, contudo, esse estudo se limita a analisar as chamadas públicas lançadas pela FAPESC a partir de 2008.

4 RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA

Santa Catarina é um dos menores estados do Brasil considerando a extensão territorial, contudo, é o sexto estado com o maior número de municípios, contando com 295 no ano de 2024. De acordo com o último censo realizado pelo IBGE (2022), o estado possui 7.610.361 habitantes e é o terceiro maior IDH do Brasil, com um índice de 0,792. O grande número de municípios do Estado é consequência do seu processo histórico de formação socioeconômica, baseada, em grande parte, em pequenas propriedades. (Garcez, Arend, Giovanini, 2019)

Goularti Filho (2002) observa que o território catarinense pode ser considerado em sua totalidade a partir do final do século XIX, por volta de 1880, período em que o governo imperial intensificou, através de política pública, a vinda de imigrantes europeus para as lavouras de café para o sul do Brasil. Com a chegada desses imigrantes, acelerou-se o processo de ocupação do estado e de diversificação da atividade econômica, que outrora era, em grande parte, composta por agricultura de subsistência e extrativismo e agora passa a ser baseado na propriedade mercantil. Dada a natureza pulverizada da formação socioeconômica do estado, havendo pouca concentração de capital, o processo de acumulação necessário para o salto entre o mercantilismo e a industrialização ocorreu lentamente, ganhando tração apenas no início do século XX (Goularti Filho, 2002).

De acordo com Garcez, Arend, Giovanini (2019), esse processo de formação socioeconômica teve forte influência na diferenciação setorial entre as regiões do estado, com destaque para o setor metalmeccânico mais ao norte do estado, nas regiões de Joinville e Blumenau, a agroindústria nas regiões mais a oeste e na região serrana, o setor carbonífero e cerâmico nas regiões ao sul e a indústria de tecnologia na região de Florianópolis. Esses aspectos podem ser relacionados com a atual complexidade econômica do estado e às diferenças observadas nos aspectos socioeconômicos (Garcez, Arend, Giovanini, 2019).

A Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023) mostra que Santa Catarina tem um índice de Gini na distribuição da renda per capita de 0,419, o que indica a menor desigualdade entre rendimentos per capita entre todos os estados brasileiros. Apesar da boa distribuição de riquezas, ainda existem desigualdades entre as regiões, relacionadas principalmente com os diferentes contextos históricos e de formação econômica, essas desigualdades podem ser observadas nos mapas elaborados a seguir com indicadores socioeconômicos do estado.

4.2 AS POLÍTICAS DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NO ESTADO

As chamadas públicas lançadas pela FAPESC para subvenção econômica, em sua maioria, delimitam o faturamento bruto anual das empresas proponentes em até R\$4,8 milhões, o que as enquadra como empresas de pequeno porte, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006. Exceção a essa regra é o Programa Tecnova, em duas três edições, que delimita o faturamento bruto anual das empresas proponentes em até R\$16 milhões. Comum a todos os objetivos dos editais analisados nesse estudo, está o desenvolvimento de empresas de base tecnológica no estado com alto risco tecnológico envolvido, o que compreende a criação de novas empresas que transformem ideias em produtos e negócios, daí a priorização dos negócios de pequeno porte. No caso do programa Tecnova, apesar de o edital não delimitar faturamento mínimo, é necessário que já exista uma empresa constituída antes do lançamento da chamada pública, o que evidencia o objetivo de incluir a agenda da inovação em empresas já existentes.

4.2.1 Sinapse da Inovação

O programa Sinapse da Inovação foi concebido pela Fundação CERTI e apoiado pela FAPESC em 2008, tendo sua operação piloto realizada naquele mesmo ano na Grande Florianópolis. O objetivo do programa era fomentar a criação de empresas de base tecnológica através da transformação de ideias inovadoras em negócios de sucesso. No ano seguinte, 2009, foi realizada a Operação I, agora com abrangência estadual em Santa Catarina, com o mesmo objetivo: aumentar a quantidade de empreendimentos de base tecnológica, principalmente os advindos de pesquisas científicas e tecnológicas que pudessem agregar valor à economia do estado. Diante do sucesso da Operação I, com 60 empresas apoiadas, foram realizadas a Operação II, em 2010, apoiando 44 empresas, a Operação III, em 2011, com 91 empresas apoiadas, a Operação IV, em 2013, com 91 empresas apoiadas, a Operação V, em 2015, com 91 empresas apoiadas e, por fim, a Operação VI, em 2016, com 98 empresas apoiadas. No total, em Santa Catarina, considerando a operação piloto, foram 487 empresas apoiadas e mais de R\$14.000.000,00 em recursos subvencionados ao longo de 8 anos de existência do programa

4.2.2 Centelha

O programa Centelha foi promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e sua metodologia foi inspirada no programa Sinapse da Inovação. O objetivo do programa foi apoiar, por meio da concessão de recursos de subvenção econômica (recursos não reembolsáveis) e Bolsas de Fomento

Tecnológico e Extensão Inovadora, o desenvolvimento de novos produtos ou processos e a criação de empresas de base tecnológica em Santa Catarina. O programa Centelha nasce da necessidade de conectar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico ao mercado, transformando o resultado de pesquisas em produtos ou processos comercializáveis. A primeira edição do programa foi lançada em 2019 e contou com a participação de 19 estados, incluindo Santa Catarina. Na primeira edição do programa Centelha SC, foram apoiadas 28 empresas provenientes de 11 municípios do estado e foram repassados R\$ 1.663.149,13 em recursos não reembolsáveis. A segunda edição do programa em Santa Catarina foi lançada em 2021, e foram apoiadas 51 empresas catarinenses com origem em 22 municípios. Nessa segunda edição, o valor total repassado foi de R\$ 3.219.344,60, o que evidencia uma significativa ampliação da iniciativa com relação à primeira edição realizada no estado.

4.2.3 Tecnova

Em 2013, por iniciativa da Finep e Realização da FAPESC, foi lançado o Tecnova SC, primeira edição do programa desenvolvido pela Finep com o objetivo de fomentar o crescimento e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Diferente do Centelha e do Sinapse da Inovação, que tinham como objetivo principal transformar ideias em negócios, o programa Tecnova pretendia alcançar empreendimentos mais maduros, empresas já constituídas em busca de recursos para desenvolver ou aprimorar significativamente seus produtos ou processos inovadores. Na primeira edição, o Tecnova SC apoiou 53 empresas catarinenses de base tecnológica. Em 2019 foi lançado o Tecnova SC 2, objetivando fomentar a agenda da inovação no estado através da subvenção econômica para o desenvolvimento de produtos ou processos novos ou significativamente aprimorados. Na segunda edição do programa, o edital previa até R\$7.500.000 em recursos não reembolsáveis para apoiar até 40 empresas sediadas em Santa Catarina. O edital trazia ainda 10 regiões metropolitanas, as quais deveriam ter, ao menos, uma empresa contratada pelo Tecnova 2 SC, a saber: Extremo Oeste; Chapecó; Contestado; Lages; Norte-Nordeste Catarinense; Alto Vale do Itajaí; Vale do Itajaí; Foz do Itajaí; Grande Florianópolis e região Carbonífera. Na segunda edição foram apoiadas 28 empresas catarinenses, acumulando um montante de R\$ 7.415.331,93 repassados. O Tecnova SC está, atualmente (2024) na sua terceira edição e, dessa vez, disponibilizará até R\$ 30.120.000,00 em recursos não reembolsáveis para o desenvolvimento de produtos ou processos novos ou significativamente aprimorados, estipulando que cada uma das seis mesorregiões catarinenses (Norte, Sul, Oeste, Serrana, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis) tenha, ao menos, uma empresa contemplada pelo programa. O edital da terceira edição do

Tecnova SC destaca em seus objetivos que pretende apoiar projetos de inovação que envolvam significativo risco tecnológico, evidenciando o foco no empreendedorismo inovador.

4.2.4 Mulheres+Tec

O programa Mulheres+Tec é uma iniciativa do Governo do Estado, através da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), em colaboração com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae/SC). O objetivo principal do programa é aumentar a representatividade feminina no cenário do ecossistema de inovação do estado através da subvenção econômica (recursos não reembolsáveis) para empresas catarinenses lideradas por mulheres para desenvolvimento ou aprimoramento de produtos ou processos, e da capacitação de líderes femininas de empresas do estado. A motivação para a criação do programa foi, segundo a FAPESC (Edital Mulheres+Tec 2, 2023) que apenas 25% dos proponentes nos programas de ciência, tecnologia e inovação promovidos pela FAPESC eram mulheres, trazendo à tona a necessidade de um programa voltado especificamente para esse público. Na primeira edição do Programa, lançada em 2022, foram contempladas 25 empresas catarinenses de base tecnológica dirigidas por mulheres e, ao todo, os recursos repassados somaram um montante de R\$ 1.440.000,00. Em 2023 foi lançada a segunda edição do programa, que concedeu um total de R\$ 1.800.000,00 para 20 empresas. A terceira edição do programa foi lançada em 2024 e a lista final ainda não foi divulgada, contudo, a lista preliminar de empresas aprovadas prevê uma soma de R\$ 2.392.270,40 a serem repassados a 22 empresas catarinenses dirigidas por mulheres.

4.2.5 Acelera Startup SC

O Acelera Startup SC foi criado através de uma parceria entre a FAPESC e o SEBRAE/SC. O objetivo do programa é fomentar o ecossistema de inovação do estado por meio da aceleração e desenvolvimento de empresas de base tecnológica que tenham participado das turmas do Startup SC, programa de aceleração realizado pelo SEBRAE. Tendo em vista que as empresas proponentes do programa já passaram por um processo de aceleração, as propostas selecionadas para receber o recurso de subvenção tendem a ser mais maduras do que as propostas submetidas nos programas de incubação e pré-incubação, o que preenche essa lacuna entre os programas de apoio financeiro disponíveis no estado. A primeira edição do Acelera Startup SC foi realizada em 2021 e selecionou 25 empresas entre as 50 participantes da 11ª turma do Startup SC. Ao todo, foram concedidos R\$ 1.247.029,58 em recursos não reembolsáveis. A segunda edição do programa aconteceu em 2022 e selecionou 26 empresas

entre as 50 participantes da 12ª turma do Startup SC. Os recursos subvencionados totalizaram um montante de R\$ 1.292.850,00. A terceira edição do Acelera Startup SC aconteceu em 2023 e beneficiou 20 startups da 13ª turma do Startup SC com uma soma de R\$ 1.599.500,00. O programa está, atualmente (2024) na sua quarta edição e o resultado final ainda não foi divulgado.

4.2.6 Nascer Edição Super Pitch Day

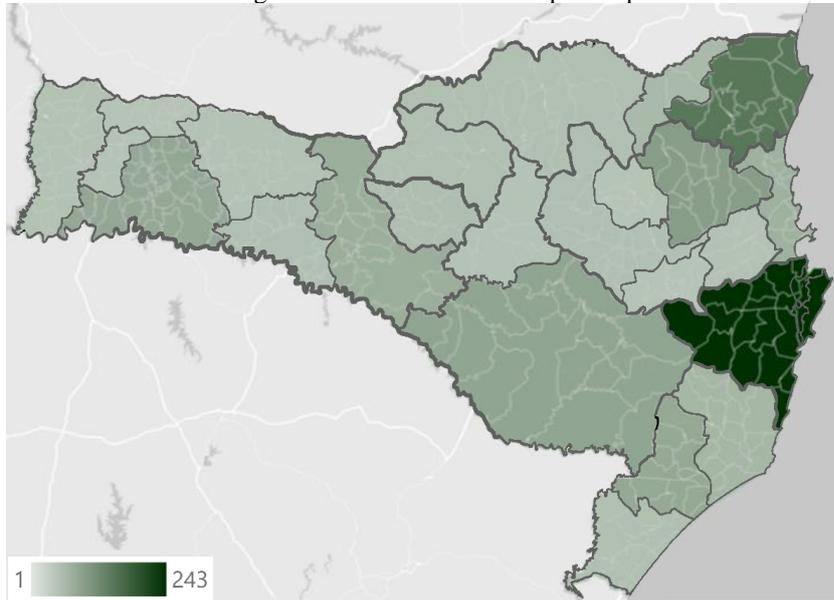
O Nascer Edição Super Pitch Day foi criado especificamente para apoiar, através de subvenção econômica e capacitação, até 17 propostas incubadas no programa Nascer IV edição, promovido pelo SEBRAE/SC em 2023. No programa Nascer, são elaborados planos de negócio para transformar ideias inovadoras em empreendimentos economicamente viáveis, porém, não há subvenção econômica, apenas incubação das ideias. A quarta edição foi realizada em 17 polos no estado e os primeiros colocados de cada um dos polos poderiam se inscrever para o Super Pitch Day, onde os planos seriam novamente avaliados e, dependendo da classificação, a subvenção econômica poderia variar de R\$5.000,00 a R\$ 155.000,00. Nessa edição, 11 projetos foram contemplados pelo edital, somando uma quantia de R\$ 394.750,00 em recursos subvencionados para realização dos projetos inovadores.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Considerando o objetivo do estudo de analisar a distribuição das políticas de incentivo ao empreendedorismo ao longo da extensão territorial catarinense, os dados obtidos serão analisados levando em consideração as 24 regiões geográficas imediatas existentes em Santa Catarina, a saber: Florianópolis, Criciúma, Tubarão, Araranguá, Lages, Curitibanos, Chapecó, Joaçaba - Herval d'Oeste, São Miguel do Oeste, Concórdia, Xanxerê, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Caçador, Videira, Joinville, Mafra, São Bento do Sul - Rio Negrinho, Blumenau, Itajaí, Brusque, Rio do Sul, Ibirama - Presidente Getúlio e Ituporanga. Os resultados serão exibidos nos mapas com escala de cores, sendo a cor mais escura o maior número e a cor mais clara o menor número, conforme legenda presente em cada um deles.

4.3.1 Aspectos Econômicos

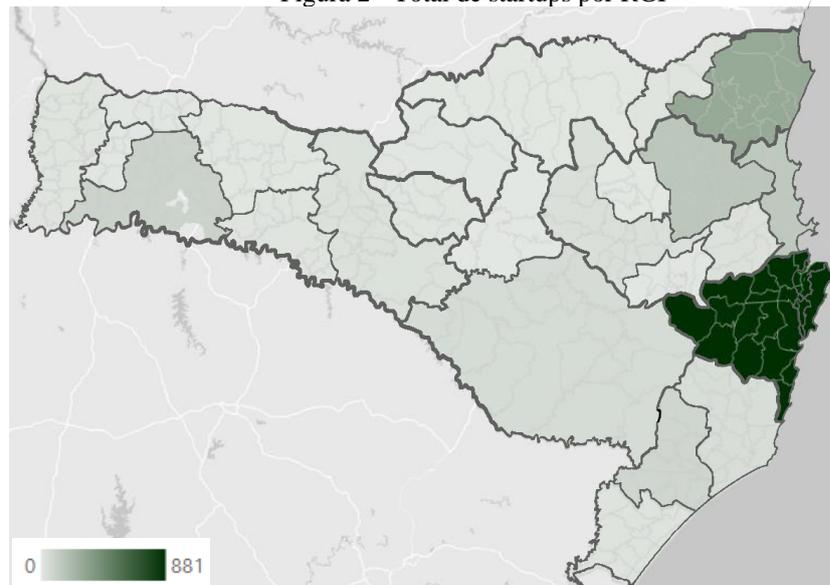
Figura 1 - Número de contemplados por RGI



Fonte: Autoria própria (2024)

O mapa acima retrata a distribuição de contemplados pelos programas de subvenção econômica nas 24 regiões geográficas imediatas (RGI) de Santa Catarina. Observa-se uma clara predominância da região de Florianópolis, seguida da região de Joinville e da região de Blumenau. Também com predominância expressiva na região de Florianópolis está o número de startups por RGI, conforme mostra o mapa a seguir:

Figura 2 - Total de startups por RGI

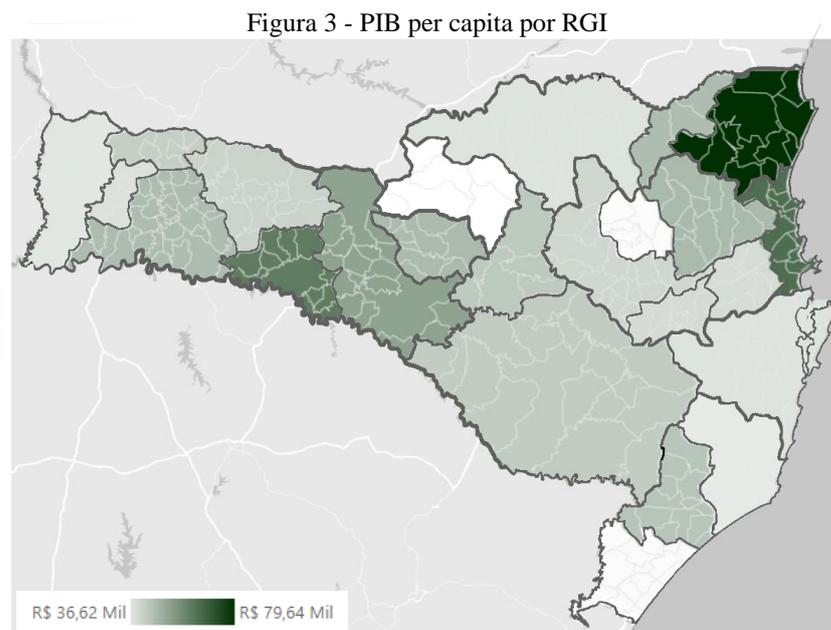


Fonte: Autoria própria (2024)

Observa-se, comparando os dois mapas, que a distribuição entre as regiões é muito semelhante, com alguns poucos desvios. Para relacionar os dois dados, foi calculado o índice

de correlação de Pearson (r) e o resultado foi um $r = 0,97$, indicando uma correlação positiva fortíssima entre o número de startups em determinada região e o número de contemplados por programas de subvenção naquela mesma região. Apesar da forte correlação, não é possível afirmar que existe causalidade entre os dois indicadores, contudo, conforme levantado na revisão bibliográfica, um ecossistema de inovação aquecido, como é o caso de Florianópolis, favorece o surgimento de empresas e iniciativas inovadoras que, por sua vez, aquecem ainda mais o ecossistema e o ciclo se realimenta. Outros fatores que podem ter influência sobre os dois indicadores, tanto no total de startups como no total de contemplados, é o grande número de instituições de ensino superior presentes em Florianópolis, que, conforme destaca Janssen (2020), podem ser catalisadores no ecossistema de startups. As tabelas com os dados completos podem ser consultadas nos apêndices A e B.

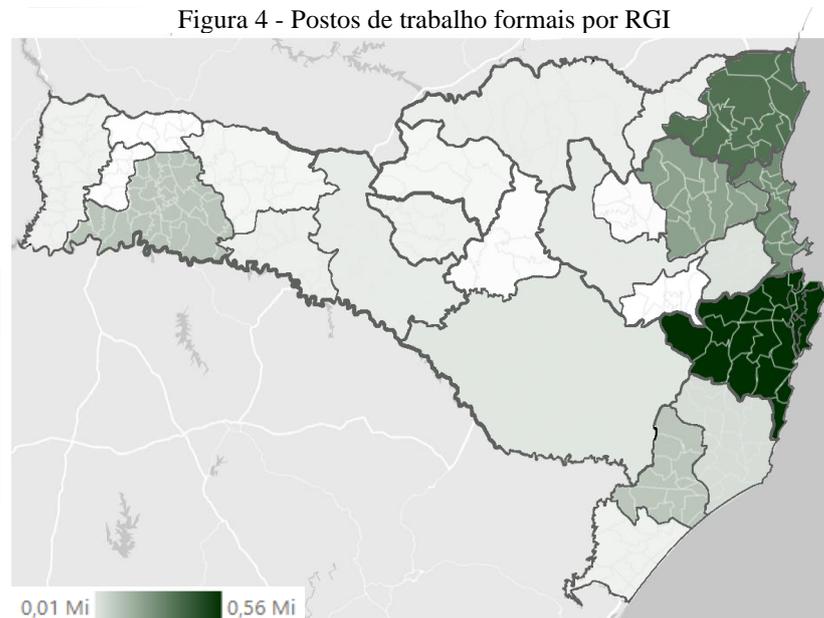
O mapa a seguir retrata a média de PIB per capita dos municípios que formam a região geográfica imediata.



Fonte: Autoria própria (2024)

O valor de r calculado entre o número de contemplados e o PIB per capita foi de 0,32, indicando que há uma correlação fraca entre as duas variáveis. A tabela completa com os dados de PIB per capita pode ser consultada no apêndice C. Observa-se que o PIB per capita, analisado isoladamente, não é suficiente para medir o desenvolvimento regional, sendo esse último um indicador complexo e multifacetado. Contudo, Gomes, Alves e Fernandes (2014) observam que evidências empíricas relacionam o maior número de empresas em estágio inicial com um maior crescimento do PIB, cenário que não se mostra evidente de acordo com os dados levantados. O

cenário atual observado pode indicar que as políticas públicas ainda não impactam de maneira significativa o desenvolvimento regional, no que diz respeito ao crescimento econômico.



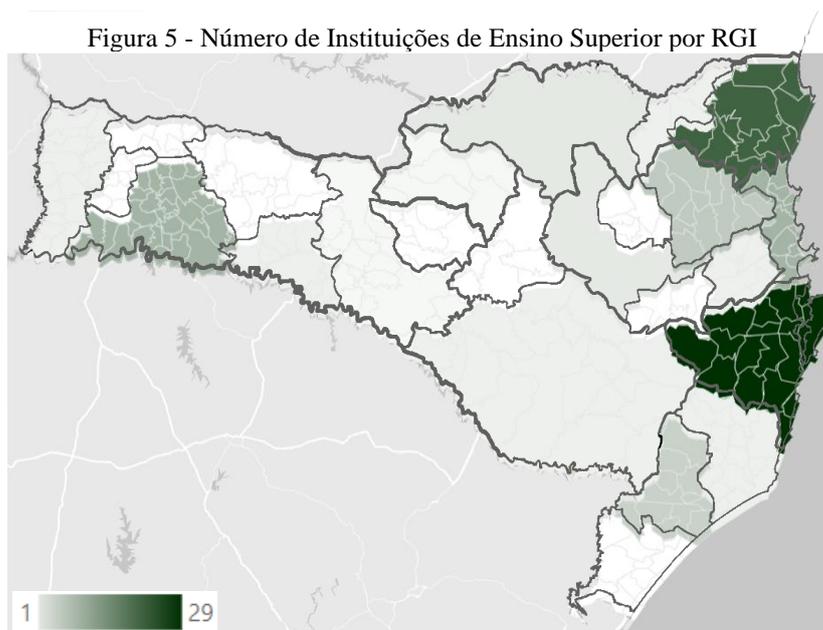
Fonte: Autoria Própria (2024)

A figura 4 apresenta os postos formais de trabalho por região. Observou-se ainda que as regiões que tinham um número maior de startups tinham também números maiores de postos de trabalho formais. O resultado do coeficiente para a correlação entre o número de startups e o número de postos de trabalho formais foi de $r = 0,91$, indicando forte correlação entre as variáveis. Nesse cenário, retomando o que foi levantado por Gomes, Alves e Fernandes (2014) é possível observar a relação entre o número de empresas em estágio inicial com o desenvolvimento econômico regional através dos postos de trabalho formais disponíveis. Um dos principais objetivos das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo é gerar riqueza e renda de maneira distribuída, fomentando o desenvolvimento econômico e social das regiões, apesar de não ser possível afirmar que existe causalidade direta entre o número de startups e o número de empregos formais, é amplo consenso na literatura, conforme destaca Mao (2020), que o empreendedorismo é importante para o desenvolvimento nacional. A tabela com os valores de postos de trabalho formais pode ser consultada no apêndice D.

4.4 AMBIENTE DE NEGÓCIOS

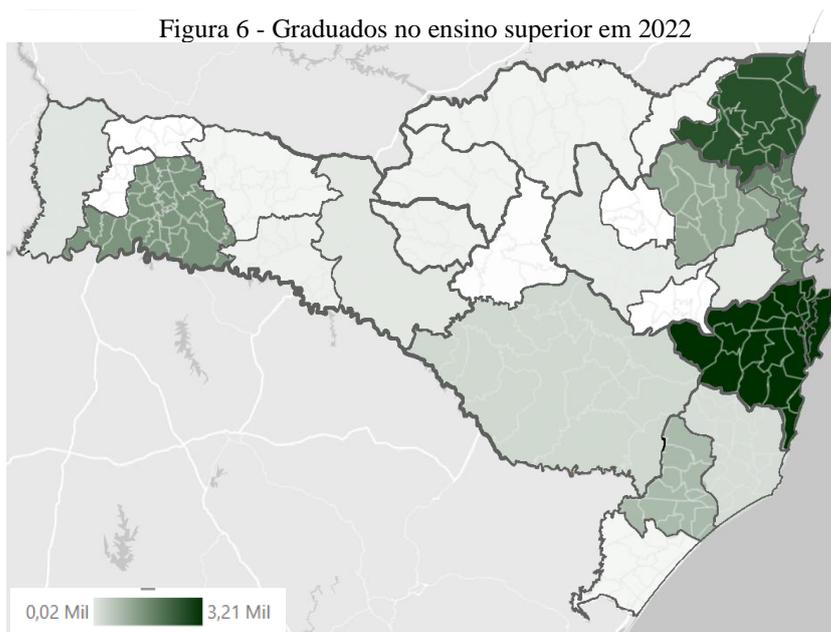
Conforme destacado por Mao (2020), o ambiente de negócios favorável é um dos pilares para que o empreendedorismo produza o desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, as instituições de ensino superior cumprem papel importante em formar mão de obra qualificada e, em conjunto com as instituições de ciência e tecnologia, produzir conhecimento através da

pesquisa científica. No mapa 5 observa-se a mesma predominância observada em algumas regiões nos mapas relativos ao número de contemplados e número total de startups por regiões. As regiões de Florianópolis e Joinville se destacam no número de instituições de ensino superior, com 29 e 22 instituições, respectivamente. Os números de instituições de ensino superior podem ser consultados na tabela que consta no apêndice E.



Fonte: Autoria Própria (2024)

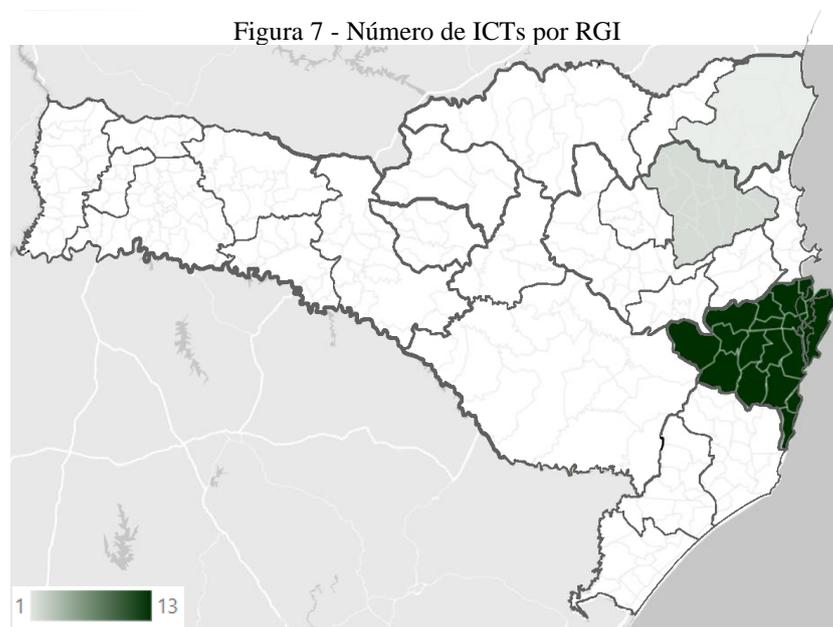
Na figura 6, analisando o número de graduados no ensino superior no ano de 2022, observa-se que essa predominância ainda se mantém.



Fonte: Autoria própria (2024)

Conforme já destacado, um dos pilares para o desenvolvimento econômico através do empreendedorismo, é a mão de obra qualificada. As instituições de ensino superior, além da atuação na pesquisa e como catalisadores do ecossistema de inovação, são fontes de mão de obra qualificada para as mais diversas áreas do conhecimento. No caso de Florianópolis e Joinville, que se destacam tanto em número de instituições de ensino superior quanto no número total de graduados em 2022, o ecossistema de inovação aquecido com grande número de startups, quando comparadas às outras regiões do estado, pode se beneficiar da oferta de mão de obra qualificada. Os números de graduados no ensino superior em 2022 podem ser consultados na tabela que consta no apêndice F.

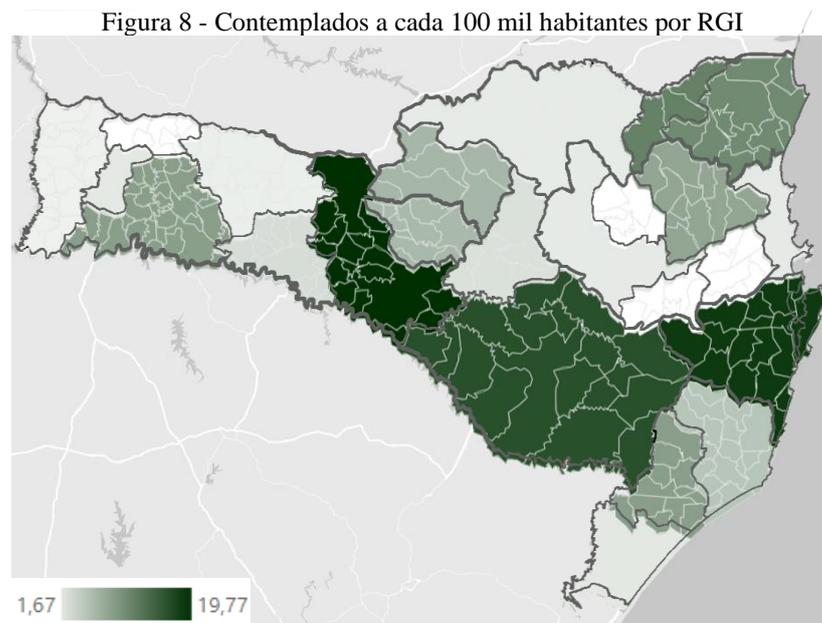
As ICTs no estado de Santa Catarina concentram-se, conforme Figura 7, essencialmente, nas regiões de Florianópolis, Blumenau e Joinville. Assim como as instituições de ensino superior, as ICTs podem ser fonte de conhecimento e local onde são descobertas as oportunidades para novos negócios, seja através do desenvolvimento de novos produtos ou tecnologias. A grande concentração de ICTs na região de Florianópolis pode ser vista como mais um dos motivos para o sucesso do ecossistema de inovação na região. Os dados completos podem ser verificados na tabela que consta no apêndice G.



Fonte: Autoria própria (2024)

Os números levantados até aqui, com exceção do PIB per capita, que já considera a população no cálculo, são números absolutos, não consideram as diferenças de número de habitantes entre as regiões. Para abarcar essa perspectiva na análise, foram calculados alguns dos indicadores já citados considerando o número a cada 100.000 habitantes, a fim de

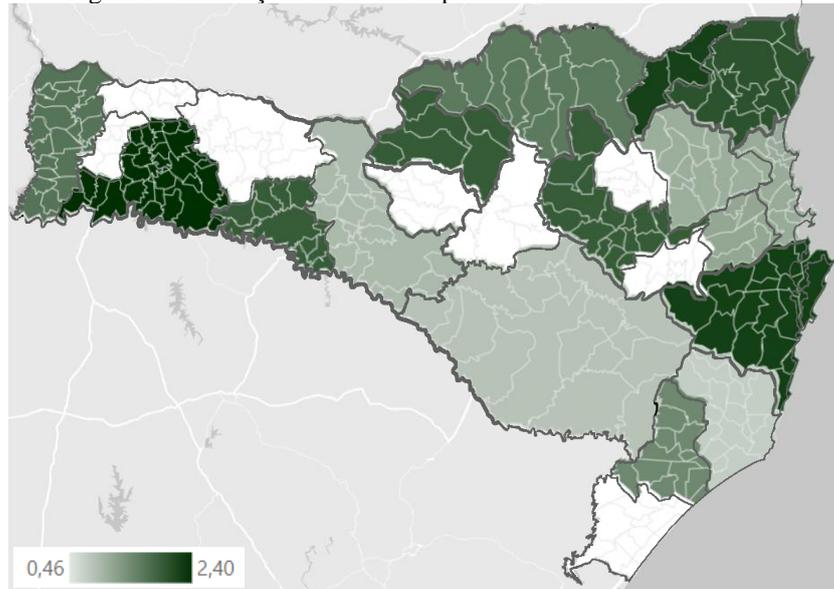
uniformizar os dados das diferentes regiões. Nessa nova perspectiva, observa-se na Figura 8, que a predominância do eixo Florianópolis-Joinville se mostra muito menos expressiva quando são consideradas as populações das regiões. A região com o maior número de contemplados a cada 100.000 habitantes é a de Joaçaba-Herval d'Oeste, com 19,77, seguida por Florianópolis, com 18,81 e Lages, com 16,94.



Fonte: Autoria própria (2024)

O mesmo fenômeno pode ser observado na Figura 9 quando o número de instituições de ensino superior é calculado a cada 100.000 habitantes, cenário em que a distribuição se torna mais uniforme entre as regiões do estado. Os números de instituições de ensino e contemplados por 100 mil habitantes podem ser visualizados nas tabelas que constam nos apêndices H e I.

Figura 9 - Instituições de ensino superior a cada 100 mil habitantes



Fonte: Autoria própria (2024)

4.5 PRINCIPAIS RESULTADOS

É possível observar, de forma conjunta, na tabela 1 os dados utilizados nas análises estatísticas e na construção dos mapas. Observando o total de startups por região geográfica imediata fica evidente o número relativo à região de Florianópolis, com 881 startups. Esse número representa 45,3% de todas as startups presentes no Estado. Ao considerar as regiões de Florianópolis, Blumenau e Joinville juntas, o total chega a 1328 startups, o que representa 68,3% do total de startups existentes em todo o Estado. Seguindo a mesma tendência, a região de Florianópolis, com 243 contemplados pelos programas de subvenção, representa 32,7% do total de contemplados pelos programas analisados nesse estudo.

Considerando as três regiões com os maiores números, Florianópolis, Joinville e Blumenau que totalizam 57,8% dos contemplados nos programas de subvenção, cabe a reflexão se o número de startups cresceu pelo investimento realizado pelas políticas públicas ou se essas regiões foram contempladas justamente por já apresentarem um sistema rico em startups capazes de desenvolverem projetos interessantes e aptos à obtenção dos referidos subsídios.

Analisando mais profundamente os números, fica ainda mais evidente a predominância do eixo Florianópolis – Blumenau – Joinville no que diz respeito ao ambiente de inovação no Estado de Santa Catarina, fato que pode ser confirmado a partir de diversos prismas diferentes, entre eles, a contribuição das ICTs no ambiente de inovação e o número de graduados.

Tabela 1 - Números consolidados

Região Geográfica Imediata	Contemplados	Número de Startups	Postos de Trabalho	PIB per capita	Graduados	IES	ICTs	IES por 100 mil hab	Conteúdo por 100 mil hab
Araranguá	8	19	46.757	R\$ 37.474,73	145	1		0,46	3,65
Blumenau	62	151	256.331	R\$ 50.912,04	1.364	8	3	1,21	9,41
Brusque	4	29	87.540	R\$ 43.710,49	366	3		1,28	1,71
Caçador	8	5	32.423	R\$ 36.619,78	194	2		1,99	7,96
Chapecó	46	93	160.426	R\$ 50.229,55	1.645	11		2,40	10,04
Concórdia	7	16	52.612	R\$ 63.454,13	238	3		1,98	4,63
Criciúma	45	80	157.605	R\$ 48.556,10	1.084	7		1,56	10,00
Curitibanos	3	0	19.173	R\$ 47.678,95	50				4,30
Florianópolis	243	881	558.894	R\$ 42.290,91	3.214	29	13	2,24	18,81
Ibirama - Presidente Getúlio	1	2	19.319	R\$ 37.269,13	23				1,67
Itajaí	31	145	309.063	R\$ 66.442,46	1.859	11	1	1,23	3,48
Ituporanga		3	11.454	R\$ 43.857,00					
Joaçaba - Herval d'Oeste	36	30	61.760	R\$ 55.522,76	378	2		1,10	19,77
Joinville	125	296	385.904	R\$ 79.644,45	2.713	22	2	2,07	11,74
Lages	50	55	78.056	R\$ 46.977,03	610	3		1,02	16,94
Mafra	8	2	55.355	R\$ 42.283,38	189	4		1,70	3,40
Maravilha	2	3	16.337	R\$ 42.730,97	29				3,59
Rio do Sul	7	38	63.889	R\$ 44.733,96	299	4		1,98	3,47
São Bento do Sul - Rio Negrinho	17	15	50.255	R\$ 50.204,94	146	3		2,22	12,59
São Lourenço do Oeste		3	14.241	R\$ 46.437,66	23				
São Miguel do Oeste	5	16	46.751	R\$ 41.645,70	419	3		1,74	2,90
Tubarão	22	45	100.634	R\$ 40.666,92	543	3		0,91	6,69
Videira	10	10	45.446	R\$ 50.681,98	228				7,77
Xanxerê	4	6	35.458	R\$ 45.417,33	165				3,09
Total	744	1943	2.665.683	R\$ 48.143,43	15.924	119	19	1,56	9,78

Fonte: Autoria própria (2024)

Quanto à presença de instituições de ensino superior, embora Florianópolis e Joinville sejam as que mais possuem a presença desse ator, as cidades de Itajaí e Chapecó possuem mais IES que a cidade de Blumenau, o que leva a reflexão que não basta investir em número de IES, mas é preciso que essas IES assumam o papel que lhes compete no sistema de inovação de geração de conhecimento que possa ser aplicado em empresas gerando valor e desenvolvimento para a sociedade. A

Finalmente, conclui-se, que um ecossistema fortalecido e dinâmico contribui para o aumento do número de iniciativas inovadoras, formando um ciclo que se retroalimenta.

CONCLUSÃO

Ao analisar as regiões geográficas imediatas de Santa Catarina, ficam evidentes diferenças significativas nos números absolutos de beneficiários dos programas de subvenção, empregos formais e instituições de ensino superior e ICTs. Embora esses dados ofereçam insights sobre o desenvolvimento regional, isoladamente não são suficientes para conclusões definitivas sobre os determinantes da atual conjuntura. Os 20 editais lançados, que

contemplaram empreendedores em 22 das 24 regiões geográficas imediatas do estado, revelam uma distribuição desigual de beneficiários entre essas áreas. A análise em relação à população revela uma discrepância menos acentuada, porém ainda perceptível, especialmente em regiões onde o número de beneficiários é muito baixo em comparação com a população, possivelmente indicando uma necessidade de maior incentivo estatal para fomentar o empreendedorismo e a inovação.

Uma das abordagens possíveis para entender melhor o cenário atual seria considerar a importância de um ambiente institucional saudável para o desenvolvimento econômico, centrado em mercados acessíveis, capital humano e financiamento. Esse enfoque reconhece que o ecossistema de inovação é dinâmico e se retroalimenta: regiões mais voltadas para o empreendedorismo e inovação tendem a gerar mais iniciativas e empresas inovadoras, impulsionando um ciclo de desenvolvimento contínuo. Este ponto de vista pode explicar o destaque de Florianópolis, Joinville e Blumenau nos indicadores estudados e nos números de beneficiários dos programas de subvenção.

Como contribuição significativa ao meio acadêmico, este estudo compilou e apresentou de maneira clara os resultados dos programas de subvenção econômica em Santa Catarina nos últimos anos. Este trabalho abre caminho para pesquisas futuras mais aprofundadas, visando um entendimento mais preciso do panorama do empreendedorismo e inovação no estado.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 83, p. 11-35, 2017.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Atlas dos Pequenos Negócios*. 1. ed. Brasília-DF: SEBRAE, 2022.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. *Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.

BARROS, Aluizio Antonio de; PEREIRA, Cláudia Maria Miranda de Araújo. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. *Revista de administração contemporânea*, v. 12, p. 975-993, 2008.

BEZERRA, Éder et al. Políticas públicas de empreendedorismo no Brasil: levantamento e análise. VIII ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS (EGEPE), 2014.

Capella, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de Políticas*. Brasília: Enap, 2018. 151 p.

CARVALHO, Sônia Marise Salles et al. Pensamento Empreendedor, uma Alternativa para a Internalização do Empreendedorismo. *Cadernos de Prospecção*, v. 12, n. 5, p. 1292-1292, 2019.

DA SILVA, José Alan Barbosa; SILVA, Murilo Sergio Vieira. Análise da evolução do empreendedorismo no Brasil no período de 2002 a 2016. *Revista Estudos e Pesquisas em Administração*, v. 3, n. 2, p. 115-137, 2019.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor. *Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo*. v. 7, 2024. Acesso em: 24 mai. 2024. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8053515/mod_resource/content/1/GEM-BR-2022-2023-Relatorio-Executivo-v7-REVISTO-mai-23.pdf.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 45, p. 813-836, 2011.

FERNANDES, Rene José Rodrigues. Análise crítica do discurso de apoio às MPMEs e de fomento ao empreendedorismo no Brasil pós-redemocratização. 2019. Tese de Doutorado.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FLORY, H.; ANDREASSI, T.; TEIXEIRA, M. A. C. Políticas Públicas de Empreendedorismo para a População de Baixa Renda: Transformando Necessidades em Oportunidades. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 18, n. 62, 2013. DOI: 10.12660/cgpc.v18n62.3917. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3917>. Acesso em: 24 maio. 2024.

GARCEZ, Lucas Cidade; AREND, Marcelo; GIOVANINI, Adilson. Complexidade econômica e desequilíbrios regionais em Santa Catarina. *Textos de Economia*, v. 22, n. 1, p. 04-31, 2019.

GOMES, Almiralva Ferraz. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. *REA-Revista Eletrônica de Administração*, v. 4, n. 2, 2011.

GOMES, Almiralva Ferraz; LIMA, Juvêncio Braga; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Do empreendedorismo à noção de ações empreendedoras: reflexões teóricas. *Revista Alcance*, v. 20, n. 2 (Abr-Jun), p. 203-220, 2013.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado; ALVES, Mário Aquino; FERNANDES, Rene José Rodrigues. Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas. 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

JANSSEN, Nina. A importância do empreendedorismo para o crescimento econômico e suas barreiras no Brasil. 2020.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local. *Metamorfose*, 2018.

MAO, Camila Shan Shan. Políticas públicas de apoio a startups. 2020.

MÜHL, Suelen Priscila Buffon et al. Análise da efetividade do Programa Centelha como política fomentadora do empreendedorismo inovador em Santa Catarina. 2023.

PEREIRA, Girlayne Danusia Farias et al. Empreendedorismo regional: um olhar sobre a identidade cultural em narrativas locais. *Revista de Negócios*, v. 18, n. 2, p. 3-26, 2013.

RAEDER, Savio Túlio Oselieri. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. *Perspectivas em Políticas Públicas*, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.

SANABIO, Marcos Tanure; DAVID, Marcus Vinicius. Globalização e seus impactos nas Micro e Pequenas Empresas-MPEs. III SEGeT–Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A.. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo, 1997.

SOUSA, Áurea. Coeficiente de correlação de Pearson e coeficiente de correlação de Spearman: o que medem e em que situações devem ser utilizados?. *Correio dos Açores*, p. 19-19, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, p. 20-45, 2006.

TURCHI, Lenita Maria Organizadora; MORAIS, José Mauro de Organizador. Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ações. 2017.

APÊNDICE A – TOTAL DE CONTEMPLADOS POR RGI

Região Geográfica Imediata	Nº de Contemplados
Florianópolis	243
Joinville	125
Blumenau	62
Lages	50
Chapecó	46
Criciúma	45
Joaçaba - Herval d'Oeste	36
Itajaí	31
Tubarão	22
São Bento do Sul - Rio Negrinho	17
Videira	10
Araranguá	8
Caçador	8
Mafra	8
Concórdia	7
Rio do Sul	7
São Miguel do Oeste	5
Brusque	4
Xanxerê	4
Curitibanos	3
Maravilha	2
Ibirama - Presidente Getúlio	1
Total	744

Fonte: Autoria própria (2024)

APÊNDICE B – TOTAL DE STARTUPS POR RGI

Região Geográfica Imediata	Total de Startups
Florianópolis	881
Joinville	296
Blumenau	151
Itajaí	145
Chapecó	93
Criciúma	80
Lages	55
Tubarão	45
Rio do Sul	38
Joaçaba - Herval d'Oeste	30
Brusque	29
Araranguá	19
Concórdia	16
São Miguel do Oeste	16
São Bento do Sul - Rio Negrinho	15
Videira	10
Xanxerê	6
Caçador	5
Ituporanga	3
Maravilha	3
São Lourenço do Oeste	3
Ibirama - Presidente Getúlio	2
Mafra	2
Curitibanos	0
Total	1943

Fonte: Autoria própria (2024)

APÊNDICE C – PIB PER CAPITA POR RGI

Região Geográfica Imediata	PIB per Capita
Joinville	R\$ 79.644,45
Itajaí	R\$ 66.442,46
Concórdia	R\$ 63.454,13
Joaçaba - Herval d'Oeste	R\$ 55.522,76
Blumenau	R\$ 50.912,04
Videira	R\$ 50.681,98
Chapecó	R\$ 50.229,55
São Bento do Sul - Rio Negrinho	R\$ 50.204,94
Criciúma	R\$ 48.556,10
Curitibanos	R\$ 47.678,95
Lages	R\$ 46.977,03
São Lourenço do Oeste	R\$ 46.437,66
Xanxerê	R\$ 45.417,33
Rio do Sul	R\$ 44.733,96
Ituporanga	R\$ 43.857,00
Brusque	R\$ 43.710,49
Maravilha	R\$ 42.730,97
Florianópolis	R\$ 42.290,91
Mafra	R\$ 42.283,38
São Miguel do Oeste	R\$ 41.645,70
Tubarão	R\$ 40.666,92
Araranguá	R\$ 37.474,73
Ibirama - Presidente Getúlio	R\$ 37.269,13
Caçador	R\$ 36.619,78

Fonte: Autoria própria (2024)

APÊNDICE D – POSTOS DE TRABALHO FORMAIS POR RGI

Região Geográfica Imediata	Postos de Trabalho Formais
Xanxerê	35.458
Vieira	45.446
Tubarão	100.634
São Miguel do Oeste	46.751
São Lourenço do Oeste	14.241
São Bento do Sul - Rio Negrinho	50.255
Rio do Sul	63.889
Maravilha	16.337
Mafra	55.355
Lages	78.056
Joinville	385.904
Joaçaba - Herval d'Oeste	61.760
Ituporanga	11.454
Itajaí	309.063
Ibirama - Presidente Getúlio	19.319
Florianópolis	558.894
Curitibanos	19.173
Criciúma	157.605
Concórdia	52.612
Chapecó	160.426
Caçador	32.423
Brusque	87.540
Blumenau	256.331
Araranguá	46.757
Total	2.665.683

Fonte: Autoria própria (2024)

APÊNDICE E – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR RGI

Região Geográfica Imediata	Instituições de Ensino Superior
Florianópolis	29
Joinville	22
Chapecó	11
Itajaí	11
Blumenau	8
Criciúma	7
Mafra	4
Rio do Sul	4
Brusque	3
Concórdia	3
Lages	3
São Bento do Sul - Rio Negrinho	3
São Miguel do Oeste	3
Tubarão	3
Caçador	2
Joaçaba - Herval d'Oeste	2
Araranguá	1
Total	119

Fonte: Autoria própria (2024)

APÊNDICE F – GRADUADOS NO ENSINO SUPERIOR EM 2022

Região Geográfica Imediata	Graduados no Ensino Superior
Florianópolis	3.214
Joinville	2.713
Itajaí	1.859
Chapecó	1.645
Blumenau	1.364
Criciúma	1.084
Lages	610
Tubarão	543
São Miguel do Oeste	419
Joaçaba - Herval d'Oeste	378
Brusque	366
Rio do Sul	299
Concórdia	238
Videira	228
Caçador	194
Mafra	189
Xanxerê	165
São Bento do Sul - Rio Negrinho	146
Araranguá	145
Curitibanos	50
Maravilha	29
Ibirama - Presidente Getúlio	23
São Lourenço do Oeste	23
Total	15.924

Fonte: Autoria própria (2024)

APÊNDICE G – NÚMERO DE ICTs POR RGI

Região Geográfica Imediata	Total de ICTs
Florianópolis	13
Blumenau	3
Joinville	2
Itajaí	1
Total	19

Fonte: Aatoria própria (2024)

APÊNDICE H – CONTEMPLADOS A CADA 100 MIL HABITANTES

Região Geográfica Imediata	Contemplados a cada 100 mil habitantes
Joaçaba - Herval d'Oeste	19,77
Florianópolis	18,81
Lages	16,94
São Bento do Sul - Rio Negrinho	12,59
Joinville	11,74
Chapecó	10,04
Criciúma	10,00
Blumenau	9,41
Caçador	7,96
Videira	7,77
Tubarão	6,69
Concórdia	4,63
Curitibanos	4,30
Araranguá	3,65
Maravilha	3,59
Itajaí	3,48
Rio do Sul	3,47
Mafra	3,40
Xanxerê	3,09
São Miguel do Oeste	2,90
Brusque	1,71
Ibirama - Presidente Getúlio	1,67

Fonte: Aatoria própria (2024)

APÊNDICE I – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR A CADA 100 MIL HABITANTES

Região Geográfica Imediata	Instituições de Ensino Superior por 100 mil habitantes
Chapecó	2,40
Florianópolis	2,24
São Bento do Sul - Rio Negrinho	2,22
Joinville	2,07
Caçador	1,99
Concórdia	1,98
Rio do Sul	1,98
São Miguel do Oeste	1,74
Mafra	1,70
Criciúma	1,56
Brusque	1,28
Itajaí	1,23
Blumenau	1,21
Joaçaba - Herval d'Oeste	1,10
Lages	1,02
Tubarão	0,91
Araranguá	0,46

Fonte: Autoria própria (2024)